

# A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares<sup>1</sup>

José Aguiar<sup>2</sup>

«Nenhuma restauração se deve empreender, nem se deve autorizar, sem que previamente se defina, bem precisa e bem nitidamente, qual o fim de utilidade social a que êsse trabalho se consagra (...)»<sup>3</sup>

Ramalho Ortigão, 1896

## 1. Introdução

Se me pedissem a descrição, em poucas linhas, do essencial da experiência de conservação do património urbano de Guimarães eu destacaria logo, em poucos itens: (i) uma reabilitação para e pelas pessoas, contra a *gentrification*; (ii) a conservação estrita dos valores identitários e de autenticidade, preservando as qualidades referenciais existentes na arquitectura da cidade histórica, prolongando-as para um território submetido a um desmesurado processo de desenvolvimento e de transformação; (iii) a garantia da continuidade das permanências essenciais de longo prazo (a cidade enquanto monumento, na estrutura da sua morfologia e tipologia fundiária), conservando as qualidades formais já sedimentadas (a arquitectura erudita e vernácula que construiu, no tempo, este “Centro Histórico”) mas conseguindo integrar as novas oportunidades e resolver (mais rapidamente) as intempéries.

Depois dos tempos da substitutiva “renovação urbana” (dos anos 60) e da, algo fachadista, “reabilitação urbana” (da segunda metade dos anos 70 e princípio dos anos 80), o GTL de Guimarães foi pioneiro, em Portugal, na introdução (e sustentação) de uma estratégia de “conservação do património urbano”. Contra um planeamento rígido baseado em negativismos regulamentares, irrealista perante o próprio tempo, este gabinete municipal conseguiu instaurar um processo de gestão urbana de terceira vaga, baseado numa prática de projecto e desenho em tempo real, pela positiva.

## 2. A estratégia de reabilitação do centro histórico de Guimarães: cronologia essencial<sup>4</sup>

No fim da década de 70, a área do “Centro Histórico” intra-muros de Guimarães está coberta (administrativamente) por uma sobreposição de áreas de protecção a monumentos nacionais. Para apreciar e informar o licenciamento de projectos nesta zona o município recorria, até 1983, aos serviços de um arquitecto

---

<sup>1</sup> Texto que se baseia na comunicação, nunca antes editada: José Aguiar, Guimarães: (re)habitação e conservação do património urbano, em *ReHabitat Centros Antigos*, organização conjunta da Ordem dos Arquitectos e da Câmara Municipal de Guimarães, 1998.

<sup>2</sup> Arquitecto, Doutor em Conservação do Património Arquitectónico pela U.E., Investigador Auxiliar do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

<sup>3</sup> Ramalho Ortigão, *Arte Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1896 (reedição de 1943), p. 230.

<sup>4</sup> Sobre o já longo historial de intervenções no património arquitectónico e urbano de Guimarães é fundamental a leitura do, ainda recente, estudo de Bernardo Ferrão, Uma perspectiva sobre a evolução do conceito de património arquitectónico na cultura vimaranense, em *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 7, Guimarães, ed. C.M.G./U.M., 1996, pp. 21-35. Ainda, do mesmo autor, O conceito de Património Arquitectónico e Urbano na Cultura Ambiental Vimaranense, em *Candidatura de Guimarães a Património Mundial*, Guimarães, GMG/GTL, 1996, também em AA.VV., *Guimarães, Cidade Património Mundial, Um objectivo a atingir*, Guimarães, CMG/GTL, 1998, pp. 21-35.

“consultor de estética”. No mesmo período (1979-1980) inicia-se o embrião de uma associação para a defesa do património da cidade, a associação Muralha, cuja escritura publica foi concretizada em 1981<sup>5</sup>.

Nuno Portas, perante a necessidade de estabelecer *Normas Provisórias* para iniciar um controlo provisório do processo de urbanização espontânea que se expandia no território concelhio e como instrumento antecipador de um futuro *Plano Director Municipal*, perante também a necessidade de estruturar um plano de pormenor - já previsto no fundamental *Plano Geral de Urbanização da Cidade* (1979)<sup>6</sup> de F. Távora - e enquadrar uma gestão urbanística mais eficaz do núcleo histórico, propõe em 1981 a criação de um “*Gabinete (Municipal) do Centro Histórico*”.

No mesmo ano a arquitecta Alexandra Gesta é destacada pela Câmara Municipal para dirigir esse gabinete e definir o seu programa de actuação, convidando-se Fernando Távora para assessorar esse novo Gabinete. Inicia-se de imediato, em estreita articulação entre autor (Távora) e a equipa do futuro GTL, uma prática de desenvolvimento de projectos de exemplaridade – por exemplo, o restauro e adaptação da Casa da Rua Nova, o início do projecto da Praça do Município (com desenvolvimento e pormenorização pelo GTL). Os limites da área de intervenção abrangem, nesse tempo, os antigos tecidos históricos “intra-muros” (áreas já classificadas), zonas de expansão do período da revolução industrial e alguns tecidos envolventes dos anos 30-40.

O Município inicia a gradual transferência de um poder administrativo cada vez mais amplo para o futuro GTL, o qual estabelece desde logo algumas claras regras de gestão, sobretudo no que se refere aos licenciamentos, procurando potenciar pela positiva as iniciativas particulares, negociando com os proprietários e com os autores dos projectos, interditando o demolir para reproduzir em betão e assim recusando o fachadismo que, ainda hoje, é tomado por muitos como a solução “tipo” de projecto a aplicar em Centros Históricos.

Inicia-se (em 1983-1984) uma política de protocolos com entidades com tutela sobre a área. Destas iniciativas resulta um protocolo com o IPPC que permite a realização de informações conjuntas, com nítida vantagens na redução dos tempos da apreciação dos processos, na aferição dos critérios, na orquestração de políticas e da coerência na gestão patrimonial.

Muito mais difíceis foram, ao tempo, as relações com a (então) DGERU: esta entidade pretendia financiar a realização de planos de pormenor (de iniciativa e controlo centralizado), com equipas exteriores ao município; pela sua parte o município pretendia antes que o mesmo tipo de investimentos fosse aplicado em estudos mais operacionais (projectos e estudos urbanos, estudos de tráfego, etc.) alguns dos quais já estavam em vias de concretização - como o plano de tráfego para a zona histórica, com estudos e propostas alargadas a zona envolvente das muralhas, conduzido por Robert Sedussi e concluído em 1984. Estas propostas são recusadas liminarmente pela DGRU! A Câmara acaba por recusar a “oferta” do financiamento de um plano de pormenor para o C.H., com equipa exterior (a escolher pela própria DGERU!!!).

---

<sup>5</sup> Como exemplo da acção sensibilizadora desta associação ficou famosa a pequena publicação *Técnicas de construção tradicional, Tintas*, com exemplos das técnicas (pigmentos, cores, materiais e tecnologias) de pintura tradicional das fachadas. Ver em Museu de Alberto Sampaio/ MURALHA, *Técnicas de Construção Tradicional, Caderno 1, Tintas*. Museu de Alberto Sampaio / MURALHA, Guimarães, 1982.

<sup>6</sup> Plano que, para o “centro histórico” «(...) propõe uma visão qualificadora que não se restrinja apenas a monumentos ou conjuntos urbanos, mas antes se alargue, no espaço e no tempo bem como no próprio significado seu conceito, a toda a área urbanizada, sugerindo também a preservação de outros valores que não edifícios e preconizando que essa área fosse considerada como «valor cultural», c.f. Bernardo Ferrão, *ob. cit.*, 1996, p.687.

Em Março de 1985, com base no Despacho 4 SEHU cria-se um Gabinete Técnico Local (GTL), no entanto a (nova) DGOT obriga à redução da área de actuação prevista para aproximadamente 1/3 da proposta original da CMG. Avisadamente a CMG propõe como alternativa um faseamento tripartido, sendo que a primeira fase coincidiria com o sector intra-muros abrangido pela actividade do GTL, o que foi finalmente aceite pelo Estado. As verbas do financiamento DGOT permitem ampliar substancialmente a equipa de projecto; de dois passa-se para três arquitectos, de um para dois desenhadores, contrata-se um engenheiro, um economista, uma assistente social.

No quadro da aplicação do Despacho 4 SEHU 85, estrutura-se o seguinte quadro de actuação: iniciar a progressiva adaptação do núcleo urbano histórico aos actuais modos de vida e às suas mais estritas exigências (de segurança, de conforto, etc.), conservando a sua identidade, para o que, para além da arquitectura, importaria sobretudo manter a população residente, pelo que se inicia uma sistemática recuperação e beneficiação das habitações; optar por investir, reabilitando, na requalificação dos espaços públicos, assim como em equipamentos e infra-estruturas, como estratégia indutora ou revivificadora do interesse privado; tanto quanto para repropor o CH como núcleo de referência, através da qualidade da sua arquitectura e seus espaços urbanos, da modicidade da sua escala, da sua capacidade de acolher actividades que propiciam o encontro humano, ensaiando uma reabilitação formal e funcional de todo o "contínuo urbano", estreitando relações entre centro histórico e periferia, interconectando potencialidades e funcionalidades complementares<sup>7</sup>.

O GTL recusa intervenções com excesso de projecto, provenientes de um forte intervencionismo público (expropriações sistemáticas que esgotam a capacidade pública, como em Bolonha ou no Porto) ou com a excessiva latitude das actuações privadas que introduz mecanismos expulsivos (como sucedeu no Le Marais). A lógica de intervenção nos edifícios privados é, sobretudo, a de um restauro filológico e beneficiação cautelosa, evitando a renovação excessiva. Ao contrário de outras cidades portuguesas, o município não se substituiu à economia privada, comprando para alugar ou para (re)vender. Fora raras excepções – resultantes de posses administrativas de edifícios particularmente degradados -, Guimarães não se tornou gestora de um parque habitacional imenso, que acaba por consumir (na manutenção desse mesmo parque) os recursos necessários à continuidade de novas operações de conservação (tarefa por si só infinita).

Actua-se lote a lote, e evita-se o reordenamento cadastral que, alterando dramaticamente a tipologia parcelária, inicia (como há muito estudou Giovannone) rápidos processos de adulteração e de transformação do património urbano. Essa medida, associada ao condicionamento das possibilidades de aumento volumétrico, torna económica e arquitectonicamente lógica a continuidade do existente. A intervenção torna-se, assim, um processo de manutenção, e não de substituição, do existente.

A aprendizagem faz-se *in loco*, em espaços públicos seleccionados e em obras particulares de proprietários e inquilinos sem grandes capacidades económicas. O grau da intervenção nas edificações particulares, na perspectiva da sua reabilitação, depende directamente do estado de conservação, assim como da capacidade de investimento do proprietário e da solvência do inquilino. A forte repercussão nas rendas aconselha a

---

<sup>7</sup> O essencial sobre a estratégia de actuação do GTL de Guimarães, na sua primeira fase, encontra-se descrito em: Alexandra Gesta, *Relatório de Estágio*, Porto, ESBAP, 1987.

preferencia por actuações mínimas e o recurso aos (poucos) mecanismos de financiamento estatal (como o PRID e, depois, o RECRIA).

Procurando modelos de referencia, privilegiam-se actuações em espaços urbanos coerentes e unitários, potenciando unidades coerentes de projecto urbano, (como certas praças, alguns eixos prioritários e de maior visibilidade, edifícios arquitectonicamente estratégicos, etc.), intervenções para as quais se procura mobilizar os privados, um a um.

Perante dificuldades no recurso a mão de obra tradicional, capaz de trabalhar com tecnologias ancestrais – as melhores para levar a cabo um projecto que é, cada vez mais, de “restauro urbano” – iniciam-se cursos de formação em construção tradicional (canteiros, carpinteiros, pintores, calceteiros, trolhas, jardineiros, etc.)<sup>8</sup>. Procurando reduzir os efeitos destas carências cria-se uma equipa municipal de operários, sob directo controlo em obra do GTL, para executar intervenções prioritárias e em casos estratégicos.

A partir de 1986 termina o apoio financeiro do Estado ao GTL de Guimarães (através do programa PRU), sendo integrado no município como “gabinete do centro histórico”. A DGOT passa a financiar 25% dos custos de diverso tipo de projectos urbanos de reforma das infra-estruturas, da pavimentação de espaços públicos, etc.

No início da década de 90, levantadas que estavam as principais questões, surgiu a necessidade de enquadrar e regulamentar, procedendo ao tradicional enquadramento legal destes processos e criando instrumentos normativos. A ausência de uma legislação operativa, ao nível nacional, impedia a resolução de questões centrais, como as referentes à política de solos, de gestão da ocupação de solos; ausências que dificilmente poderiam ser colmatadas por regulamentos mais ou menos repressivos e datados, que em todo o caso também aqui existem (mas que, tacitamente, o GTL apenas mobiliza em último e derradeiro recurso).

No fim da década de 80 começam a revelar-se os mais visíveis resultados da actividade do GTL: em 1989 conclui-se o projecto da Praça de Santiago e realiza-se aqui o *II Encontro Internacional de Municípios com Centro Histórico*. Termina nesse ano a assessoria de Fernando Távora ao GTL, passando a colaborar como projectista responsável por alguns dos mais significativos espaços urbanos, como a renovação das Praças Condença de Juncal e do Largo João Franco, terminadas em 1994/95. Alexandra Gesta sai nesse período do GTL (regressando em 1995) e será substituída por Teresa Costa, como Directora.

Depois do Prémio Europa Nostra, atribuído a F. Távora pelo projecto de restauro e de adaptação da sede do próprio GTL, em 1993 - pela primeira vez na história da Associação dos Arquitectos (que tradicionalmente premiava apenas autores individualizados) uma equipa colectiva e municipal – a equipa do GTL de Guimarães obtém o *Prémio Nacional de Arquitectura* para a melhor obra de conservação. Seguir-se-á, mais tarde Prémio da Real Fundação de Toledo, e a cada vez mais rápida sucessão de artigos, de destaques e convites para comunicar a experiência de Guimarães em encontros e congressos, no país (também na própria cidade<sup>9</sup>) e no estrangeiro, com a contínua presença de visitantes de universidades ou centros de excelência exteriores.

---

<sup>8</sup> Os resultados da fixação desses “novos” operários tradicionais deixa, no entanto, muito a desejar (pouca motivação e incapacidade de dar sequência motivando a criação de pequenas empresas, mudança de ramo e entrada no mercado de sub-empregadas, etc.).

<sup>9</sup> Por exemplo, em 1997 o *II Congresso Histórico de Guimarães*, que inclui sessões de debate sobre o património local (como a mesa redonda com Alexandra Gesta; Fernando Távora; Álvaro Siza, Bernardo Ferrão, Alves Costa e José Aguiar); a escolha (não displicente) de Guimarães para a Ordem dos Arquitectos discutir disciplinarmente o regresso da arquitectura à cidade histórica, no encontro (*Re*)*Habitatar Centros Antigos*, de 1998.

### 3. O gradual desenho de um Método

Em Guimarães devido aos estreitos laços que neste território (como em outras regiões minhotas) se travam entre a cidade e o mundo rural – como muitas vezes disse Nuno Portas, estamos perante uma urbanidade que, «*vista do ar, parece não existir e que, vista de carro, ao longo das estradas/ruas parece nunca acabar*» - considerou-se que as intervenções sobre o centro histórico deveriam propiciar uma reanimação funcional (e financeira) articulada com o processo de (re)qualificação urbanística do restante território (urbano e periurbano). Entendendo a reabilitação dos núcleos urbanos históricos como uma acção indutora da requalificação formal e funcional de um "*contínuo urbano*", procurava-se propagar qualidades e induzir por "*contágio e pelo carácter exemplar*" (como definiu Alexandra Gesta) processos similares na periferia, tornando (de novo) a cidade histórica como um "*núcleo referência*", uma estrutura formal e funcional (particularmente) significativa e significante no seio do território<sup>10</sup>.

Tomada assim, a revitalização do núcleo histórico deveria, obviamente, conseguir garantir a conservação dos valores patrimoniais e da identidade cultural dessa área - o património urbano e arquitectónico de Guimarães é, também, de importância (supra)nacional - propiciando, no mesmo momento, a satisfação das actuais exigências e modos de vida, para que esse pedaço de cidade antiga possa de novo ser habitado, em todo o sentido lato da palavra.

Num tempo em que as próprias disciplinas do planeamento físico da cidade viviam uma certa crise de identidade, Guimarães, para o seu Centro Histórico, mais do que ao plano – tomado aqui no sentido tradicional do termo, quer dizer, como um instrumento de planeamento moldado à figura de um regulamento de natureza administrativa - preferiu instituir um pioneiro processo de gestão urbana em tempo real. Processo que se concentra na actuação do um gabinete técnico municipal e multidisciplinar o qual, porque foi financiado pelo Despacho 4/SEHU/85 e acabou por ganhar o nome, nunca mais perdido, de *Gabinete Técnico Local* (GTL). Nunca será demais realçar a importância deste tipo de estruturas técnicas locais – chame-se-lhes *GTL's* ou *Gabinetes de Centro Histórico*, ou o que se queira -, totalmente vocacionadas e concentradas na problemática da conservação do património urbano, defendendo a necessidade da Administração Central prolongar no tempo o apoio a este tipo de actuações<sup>11</sup>.

#### 3.1 Conservar é projectar com a realidade

O primeiro experimentalismo do GTL foi gradualmente substituído por conceitos cada vez mais seguros, "*caminhando e medindo*", sobretudo ao nível do processo da gestão e das opções de projecto, controlando activamente os licenciamentos, integrando os projectistas exteriores - que gradualmente (re)surgem pelo reactivar do interesse privado. De um primeiro momento, relativamente conflituoso – quando se chumbavam os

---

<sup>10</sup> «*Centrando funcionalmente uma região, esta cidade reparte a sua influência com outros centros de gravidade que sobre o território actua. Num jogo de influências e de polarizações em que não se dilui no entanto a sua unidade, não se referindo então a razões exclusivamente funcionais de dependência, radica nos motivos culturais e históricos a identificação corporizada pela urbe e pelo seu centro, mais do que pelo emblemático castelo. Memória materializada e estavelmente inscrita, no caso de Guimarães, menos nos seus monumentos e mais nos seus espaços de casas, ruas, praças e terreiros, cruzamento de caminhos e de destinos que lá se continuam a encontrar e desencontrar*», cf. Alexandra Gesta, *ob. cit.*, 1987, p.18.

<sup>11</sup> Nomeadamente financiando a fase de gestão que inevitavelmente deve suceder à fase de preparação e realização de planos de salvaguarda (os GTL's surgidos ao abrigo do PRU e do PRAUD tinham no máximo dois anos de duração e foram muito poucos os que puderam a

projectos que recorriam aos arquitectos sobretudo como pretexto para uma especulação mais inteligente e menos como mais valia qualitativa do próprio projecto, e quando se estancaram os projectos desqualificados de autores tecnicamente incapazes - evoluiu-se para regras claras, informadas por atitudes cada vez mais referenciáveis às premissas base necessárias à instauração de um efectivo processo de “restauro urbano” (por mais arrepios que esta estratégia provoque às prima-donas disciplinares).

Ao tempo Guimarães desconfiava dos apóstolos dos “planos de salvaguarda”, das suas excessivas análises, muitas vezes auto-justificatórias; duvida das pretensões dos teóricos que procuram esgotar, cognitivamente, todos os aspectos de realidades demasiado complexas e ricas; observa, noutras experiências, o tradicional atribuir de culpas, sempre a outros, como se a desmesurada mutação do território se devesse exclusivamente à acção de agentes sem escrúpulos, ou incultos ...assim classificados por arquitectos que habitavam torres de marfim, separados da realidade por um autismo perverso, autoclassificado como de intelectual ou “artístico”<sup>12</sup>.

Para que servem os planos, instrumentos particularmente exigentes na fase de análise (levantamentos, estudos morfotipológicos, sociológicos, demográficos etc., etc.) numa fase em que não se sabia sequer as estratégias fulcrais a perseguir? Isto num momento histórico em que o próprio governo central iniciava o enquadramento dos GTL, uma das raras iniciativas políticas úteis à conservação do património urbano, então ainda relativamente inédita – e das poucas que dão à experiência de reabilitação urbana portuguesa alguma especificidade processual e alguma atenção internacional – um gesto fulcral, ciclicamente abandonado, ou sempre deixado em meias tintas (de que serve criar um gabinete para um centro histórico e dar-lhe apenas dois anos de vida?).

Guimarães já tinha, desde o início dos anos 80, alguma experiência de uma prática urbanística balizada por planos, já tinha um PGU e preparava um PDM, tinha em desenvolvimento ou já em aplicação alguns planos de pormenor para estruturar algumas zonas de expansão. No entanto, para os mais lúcidos, surgia já como óbvia a dificuldade de transferir a bondade dos planos para uma efectiva prática de gestão corrente, sobretudo ao nível do controlo urbanístico. Percebia-se que a gestão não se resolvia na avaliação de conformidades, descobria-se a importância da negociação, do avançar hipóteses alternativas, encaminhando as iniciativas pela positiva .....o que era (e é) impossível sem desenho!

Os contactos com outras experiências estrangeiras, como Madrid, e nacionais - sobretudo com Vila do Conde, Porto, Ponte de Lima, Évora e Lisboa,.....também com alguns cometas da reabilitação, como Viana, Caminha e Coimbra – ampliam as referências mas deixam poucas oportunidades de discussão disciplinar, na ausência de plataformas que integrem o saber da prática entretanto acumulada, sempre imprescindível de avaliar, pela negativa ou pela positiva, quase sempre asfixiadas pelo governo central (basta lembrar o insuficiente apoio –

---

continuar a existir pois poucas são as Câmaras Municipais, sobretudo de pequenos concelhos da província, que podem satisfazer financeiramente os seus encargos).

<sup>12</sup> «Uma corrente de pensamento e de prática acreditava que a elaboração de Planos constituía por si só a solução dos problemas urbanísticos que em Portugal se agudizaram durante os anos 70, e coerentemente preconizava nestas áreas a execução de Planos de Salvaguarda, que incluindo a descrição detalhada de todos os elementos patrimoniais a conservar e ou a recuperar e elencando os gestos e os materiais patrimoniais a conservar e ou a recuperar e elencando os gestos e os materiais proibidos, iriam bastar-se como o documentos que associados uma vontade indômita lançariam sobre estas áreas o manto da protecção e da salvaguarda de que careciam. Numa posição mais modesta mas não menos firme instalavam-se os defensores da elaboração de regulamentos capazes de impedir a delapidação do Património em perigo. Num articulado legalmente suportado, seco e lacónico, as destruições proibidas, os materiais desprezíveis e portanto a serem irradiados, ou então numa atitude aparentemente pedagógica, em jeito de banda desenhada, ensinavam-se os erros urbanísticos que não deviam repetir-se, exorcizando os fantasmas que habitavam a suposições dos responsáveis pela preservação do património. Visitando-se as cidades cuja renovação se satisfiz neste Documentos e olhando para a realidade que as contorna verificaremos que o

seria sabotagem? - à exposição pública dos resultados dos primeiros GTL's, há mais de uma década, em pelo Terreiro do Paço. Desses contactos acaba por resultar alguma cumplicidade e orquestração técnica com Évora...e, sobretudo nos finais da década de 90, uma cada vez maior proximidade para com a Galiza, com experiências de Santiago e de Ponte Vedra.

A participação nas discussões teórico-disciplinares, que a cidade também organizou, permite discutir o caso de Guimarães e avaliar a credibilidade dos próprios argumentos, e gradualmente ajuda a fundar, entre nós, as próprias bases disciplinares da conservação urbana (designação que hoje ainda provoca arrepios aos arquitectos mais reformistas).

### **3.2 Conservar a cidade histórica é trabalhar com (e para) a sua população**

Mais do que do plano e dos seus regulamentos, afigura-se particularmente decisiva para a salvaguarda do património urbano a existência de uma vontade política precisa que se traduza numa capacidade efectiva de governo da (e sobre a) cidade histórica. É evidente que essa vontade estará sempre dependente do nível de civilidade, interesse e participação de comunidades específicas<sup>13</sup>. Em Guimarães mais do que nos valores da troca investiu-se nos valores de uso e, mais do que em projecto novo, investiu no desenho construído em obra.

O GTL actuou no terreno concreto, entre assessores que projectam com a política e outros que desenham com ideologia (entre Portas e Távora), entre a macro e a microescala, no descrédito dos instrumentos repressivos e dos regulamentos naifes, que proíbem a alumínio e aconselham o rodiguinho... começa assim a desenhar-se outra opção: projectar com a realidade, dirigir o esforço e o investimento para uma assistência de âmbito local, um desenhar ao serviço daquela população – não de outra desejada -, construindo uma cumplicidade e impedindo, pelo rigor do desenho, a permissividade.

O GTL (e)namora a população; aceitou-a e foi aceite; transformou pouco a pouco os resultados em pequenas vitórias públicas, que interessaram óbvia e imediatamente aos políticos, assim captando o seu interesse pelo capitalização dos resultados. Daí o interesse da festa e do discurso quando se (re)plantou a oliveira, quando se inaugurou um edifício recuperado exemplarmente (por um arquitecto exemplar) e com eles se concorreu ao Prémio Europa Nostra; quando se participa em discussões patrimoniais na comunicação social, ou se editam belos livros escritos por nomes incontestáveis (como José Mattoso e muitos outros).

Guimarães não teve tempo para esperar pela metodologia otimizada, de métodos de actuação testados, teve de projectar e obter resultados, avaliando-os, corrigindo o método, desenhando de novo .....errando de novo, e aprender, construindo gradualmente uma pedagogia palpável, usável, aferível. Uma moral de projecto que se torna cada dia mais perceptível ao comum dos mortais, que não entendem a abstracção dos planos e que desconfiam, como o diabo da cruz, da bondade dos regulamentos.

---

*processo não resultou». GESTA, Alexandra – A gestão de projecto em áreas urbanas antigas: caminhar e medir, in Monumentos, , nº. 12 Março 2000.*

<sup>13</sup> Já assistí, aliás, a situações verdadeiramente surrealistas em que políticos e técnicos obliteraram com véus de pseudo complexidade e linguagens abstractas, mais ou menos herméticas, a capacidade de entendimento do verdadeiro conteúdo de alguns planos. Todos sabemos como se procede a esta matreirice: divulga-se aos sete ventos os resultados de duas ou três reuniões mais ou menos surrealistas, mais ou menos manipuladas pelos bem falantes, faz-se uma grande exposição do plano, ou seja das suas plantas síntese – por vezes até sem legendas – e cá está, a (aparente) democracia do planeamento.

### 3.3 A requalificação dos espaços públicos como motor do (re)interesse privado

Como estratégia operacional, poderia simplificar-se dizendo que o GTL de Guimarães privilegiou três frentes fundamentais de abordagem: (i) o controlo, o estímulo e o apoio técnico às iniciativas particulares; (ii) a conservação, restauro e reabilitação modelar do património e dos edifícios de responsabilidade municipal; (iii) a requalificação dos espaços públicos.

A melhoria dos espaços públicos em tecidos históricos tem óbvias repercussões no incremento da qualidade residencial destas apertadas malhas urbanas. Na cidade histórica sempre se complementou a exiguidade dos espaços domésticos com a utilização de espaços e equipamentos públicos (como os antigos banhos, lavatórios, fornos comunais e etc.) onde a rua, o largo ou a praça fronteira se tornavam verdadeiras antecâmaras, ou salas de estar, e os logradouros tantas vezes funcionavam como cozinha, ou creche.

Com esse convencimento, o investimento público foi conduzido para uma estratégia de intervenções muito qualificadas de requalificação dos espaços públicos urbanos - os mais conhecidos e de maior escala com projecto de Fernando Távora e, mais recentemente no caso das áreas verdes junto ao Paço dos Duques de Bragança, de Álvaro Siza - partindo do princípio de que estas intervenções poderiam potenciar, ou induzir, o (aparentemente conseguido) interesse do investimento privado nestas áreas<sup>14</sup>, não ficando despercebidas as possíveis perversões de uma estratégia que, com recursos públicos, sempre acrescenta mais-valias à propriedade privada.

### 3.4 Intervenções modelares de responsabilidade municipal e a solidariedade institucional

Como garantir adequadas bitolas de qualidade na conservação urbana, como exigir a sua transposição para os projectos privados ou de outras entidades quando por todo lado deparamos com obras municipais (ou do Estado) desmazeladas, medíocres em termos de desenho, ou mesmo irresponsáveis em termos patrimoniais?

Porque na cidade antiga não pode haver dois pesos e duas medidas, Guimarães percebeu desde o início a importância de criar modelos de rigorosa actuação projectual, constituindo cada trabalho promovido pela autarquia como um modelo de exemplaridade, do macro ao detalhe, explicitando as transformações admissíveis mas aceitando iguais ou maiores contingências da preservação do que as que se impunham aos privados. A conservação urbana não se alcança pela teoria mas sim pelos resultados.

O GTL de Guimarães conseguiu impor ao desenho e iniciativas municipais, o maior rigor, a maior qualidade arquitectónica possível (para a qual não é despidendo destacar o convite a alguns dos mais qualificados arquitectos portugueses, como Siza, Távora ou Portas), para que essas intervenções se revestissem de um *«carácter exemplar nos espaços da sua competência»*, logicamente exigindo-se, e cito mais uma vez Alexandra

---

<sup>14</sup> *«Ainda o arranjo (da Praça da Câmara) não estava concluído e já a atitude do proprietários dos edifícios envolventes se alterara completamente. Tinha a CMG no seu plano de actividades a aquisição de dois grandes edifícios nesta praça; neste momento um deles duplicou o seu valor e no segundo caso o proprietário já não encara a possibilidade de o vender, (pretendendo vir a residir para uma parte e rentabilizar a outra arrendando-a para locais de lazer, galerias, atelies, etc.)». Cf. Alexandra Gesta, Relatório de Estágio, ESBAP, Porto, 1987, p.77*



Gesta: «(...)que a resposta técnica por parte dos serviços responsáveis pelo Centro Histórico seja atempada, eficaz, e de baixo custo nos casos dos privados»<sup>15</sup>. Moralidade rara e exemplo frutífero.

Mas a exemplaridade não pode existir só nos projectos. Quando se restaura e se devolve um pequeno oratório aos seus crentes, onde por debaixo de múltiplas camadas de tinta se redescobrem velhos óleos em portadas que se restauram e, depois, se repõem no seu sítio original – curto-circuitando os apetites museológicos e os concentracionismos centralistas; quando no Largo da Oliveira, se repõe a oliveira desaparecida à muitas décadas e isto se faz com foguetes e vinho verde...e quando a primeira das oliveiras morre (seria mesmo por mão venenosa da oposição?) uma segunda quase imediatamente se (re)planta; quando à montra de alumínio desejada por um comerciante se propõe, em alternativa, uma de madeira e, em vez de o obrigar a percorrer o purgatório dos gabinetes de projecto aos quais não interessam coisas tão minúsculas, se lhe desenha (sempre com urgência) os pormenores à escala 1:10, ou 1:5: e quando no centro disto tudo se movimenta e mobiliza um gabinete de técnicos de um funcionalismo sem horários (tão raro!), outro tipo de solidariedades se conseguem, num domínio disciplinar que já pouco tem a ver com o exercício de desenho para o qual fomos treinados nas escolas de arquitectura mas que, em tudo, é manifestação de capacidade de projecto urbano e de total fidelidade a uma vontade de requalificação arquitectónica vivida a “tempo inteiro”, para e pela cidade.

### **3.5 Apoio e controlo técnico das intervenções particulares**

O Gabinete Técnico Local de Guimarães, para além da vasta tarefa de controlo das alterações urbanísticas e funcionais ao nível urbano - evitando a transformação de residências em terceiro, por exemplo -, é directamente responsável pela gestão dos licenciamentos, pelo controlo e fiscalização (em obra) das intervenções concretas, o que implica uma constante negociação com particulares e com os seus diversos projectistas, técnicos que encontrarão pela frente outros colegas do mesmo ofício, arquitectos e engenheiros a “tempo inteiro” com um sólido conhecimento e forte enraizamento (da e) na cidade onde actuam. É, assim, praticamente inevitável um incremento na qualidade do projecto e das obras concretas.

A assistência técnica aos particulares atinge, aqui, uma escala particularmente vasta, podendo passar pela resolução de obras de menor expressão mas passíveis de forte impacto na imagem do C.H. – mesmo daquelas que não necessitam de projecto, ou de escala desinteressante para os projectistas – até à produção de projectos alternativos aos indeferidos (de arquitecto, ou não) sobretudo quando estes são particularmente autistas aos valores em presença, ou incapazes de alcançar a qualidade projectual mínima necessária para se poderem inscrever no espaço do Centro Histórico. Estes tipos de actuações nunca se poderão resolver de forma asséptica, com balcões camarários de administrativos e desenhadores que preenchem grelhas, avaliando a conformidade, ou não, do projecto X com o regulamento do plano de salvaguarda Y.

Um problema fulcral neste tipo de operações é a desesperante falta de financiamentos, importava por isso não deixar escapar nenhuma possibilidade, recorrendo a todas as fontes, mobilizando sinergias para continuamente (re)alimentar a operação, optando pela concentração do investimento público na melhoria do espaço público,

---

<sup>15</sup> «Referenciadas a um projecto de cidade, integradas sempre que possível, numa estratégia de intervenção definida, as actuações pontuais desenhadas pelo Gabinete Técnico Local, de iniciativa municipal ou privada, vão manchando a cidade de objectos que por pretenderem um

conduzindo estrategicamente algum do financiamento proveniente dos poucos instrumentos criados pelo governo central (como o PRID e RECRIA) para o apoio a casos privados seleccionados, paralelamente seduzia o interesse privado pelas mais valias possibilitadas pelas melhorias na qualidade dos espaços públicos exteriores, na arquitectura e no funcionamento da cidade histórica.

Aqui é fulcral o apoio de engenharia financeira prestado pelo GTL, na definição de linhas de financiamento o mais favoráveis possíveis. Guimarães esgota anualmente praticamente todos os programas financeiros mobilizáveis: assim aconteceu com o velhinho PRID, depois com o PRU, com o PRAUD, mais recentemente com o PROCOM e às várias gerações do RECRIA (nas suas diversas fases).

#### EDIFÍCIOS INTERVENCIÓNADOS entre 1985 e 1998

Fonte: Câmara Municipal de Guimarães – GTL

ANO	Obras de Beneficiação	Intervenção Profunda	PRID		RECRIA	
			Intra-muros	Fora-muros	Intra-muros	Fora-muros
1985	4	4	6	2		
1986	7	7	20	12		
1987	6	10			13	2
1988	8	6			16	1
1989	5	3			4	6
1990	6	5			2	4
1991	5	2			4	1
1992	8	1			6	4
1993	16	2			5	2
1994	13	5			3	
1995	13	1			2	1
1996	13	5			2	
1997	14	4			6	
1998 <sup>16</sup>	6	21			7	
1999	15	10				
			26	14	70	21
<b>Totais</b>	<b>139</b>	<b>86</b>	<b>40</b>		<b>91</b>	
<b>Total dos edificios intervencionados</b>			<b>331</b>			
<b>Total dos edificios intervencionados na zona intra-muros</b>			<b>225</b>			
<b>Total de edificios existentes intra-muros</b>			<b>493</b>			

Em 1981, 80% dos processos de licenciamento de obras para o Centro Histórico de Guimarães eram indeferidos pelo IPPAR, ou pelo Município, e 35% da construção era clandestina; a partir de 1985 e até 1998, efectuaram-se obras de reabilitação em mais de metade dos edificios existentes no núcleo urbano histórico (ver, com mais pormenor, o gráfico junto).

### 3.6 Guimarães recusou o fachadismo e preferiu intervenções de impacto mínimo

O ICOMOS e a UNESCO, com outras organizações internacionais, estão hoje particularmente preocupadas com a evolução do "Fachadismo"<sup>17</sup>, assim como sobre as suas consequências sobre o património urbano Europeu<sup>18</sup>.

carácter exemplar poderão induzir um processo de contágio levando ao longo da malha a teoria de intervenção pela via da prática». Cf. A. Gesta, *ob. cit.*, 1987

<sup>16</sup> Até 1999-12-31

O *Fachadismo*, rompendo os estreitos laços entre tipologia e morfologia urbana na cidade histórica, tornou-se a expressão mais visível de uma cultura consumista na arquitectura, cultura que quer delapidar ou esgotar, já hoje, todos os espaços ainda livres da cidade, anulando a sedimentação da arquitectura e dos seus espaços produzida ao longo da histórica.

Este tipo de operações sustenta-se em geral num processo de reordenamento cadastral no quadro do qual se procede à multiplicação dos espaços, ou de fogos, através da junção de lotes autónomos, por exemplo de dois ou três lotes góticos, argumentando-se que só assim se podem conseguir soluções adequadas de organização espacial e obter “tipologias” mais amplas, suficientemente consentâneas com as actuais necessidades da residencialidade. Guimarães, ao não aceitar a anexação de parcelas para surgimento de unidades maiores, recusou (lucidamente) o fachadismo como “método” condutor da alteração das edificações no seu Centro Histórico<sup>19</sup>.

Para além das questões teóricas referentes aquilo que poderíamos chamar de uma ética da conservação, e do seu respeito ou não, existem outro tipo de questões de natureza sócio-económica que nos aconselham idêntica prudência quando actuamos à escala do património urbano. Todos conhecemos os efeitos demolidores de décadas de políticas de habitação que fizeram dos proprietários dos antigos edifícios habitacionais o sustentáculo das políticas de habitação social, através do eterno congelamento das rendas urbanas. Como em outras cidades do país também em Guimarães o maior número de proprietários no seu Centro Histórico é constituído por pessoas de baixos recursos económicos, descapitalizados por essas políticas e que não podem encarar investimentos avultados sem resolução financeira a curto, ou médio prazo.

Mas, neste domínio económico, existem outros efeitos perversos, e cito: (...) *se o quadro da ocupação do parque habitacional do centro histórico surge como uma zona de investimento nulo, face à actual situação das rendas, acrescido do facto da elevada densidade de ocupação acelerar o processo de envelhecimento e degradação dos imóveis, a iniciativa privada tende naturalmente a investir onde a capitalização seja mais facilmente visível, o terciário. Até que a lei da oferta e da procura sugira o contrário a terciarização dos centros parece a saída mais rapidamente rentável, com os únicos limites da acessibilidade local, do estacionamento ou da imagem da vizinhança. Este processo quando descontrolado, deixado à livre iniciativa, vai expulsando progressivamente a habitação existente. Não exercendo uma expulsão compulsiva vai gradualmente substituindo o parque habitacional por um programa terciário*»<sup>20</sup>. Associadas surgem as alterações tipológicas

---

<sup>17</sup> Entendendo fachadismo como a demolição de antigos edifícios e sua substituição por novas construções, com profundas mudanças tipológicas, volumétricas, estruturais e construtivas, onde a antiga fachada sobre a rua principal é preservada de forma acrílica, ou é reconstruída numa imitação forçada da antiga.

<sup>18</sup> O problema do fachadismo não é só nosso, atingindo proporções significativas em países como a França ou a Bélgica e alastra rapidamente para os países do Leste, sendo praticamente inexistente na Itália e na Inglaterra. Sobre o assunto prepara-se para Janeiro de 1999, em Paris, um primeiro grande encontro internacional para debater este problema o qual decorrerá sobre o título de *Fachadismo e Identidade Urbana* com organização do ICOMOS Internacional.

<sup>19</sup> Sendo interessante citar, aqui, uma informação camarária, produzida por Alexandra Gesta em 1984, como demonstração da importância destas tão difíceis, incompreendidas e sempre continuadas batalhas: «*I°. Tem sido frequente na cidade de Guimarães, e aceite pela Câmara Municipal, um critério de renovação do seu património construído que consiste na demolição total dos edifícios e na reconstrução com novas técnicas procurando reproduzir embora a fachada principal e alterando mais ou menos sensivelmente a sua planta e muitos dos seus pormenores. (...) 5º Experiências recentes, entre nós e no estrangeiro demonstram ser possível, quer técnica quer economicamente, manter as estruturas dos velhos edifícios e os seus espaços internos – transformar não implica destruir nem reproduzir – o que não pressupõe ausência de espírito criativo em matéria de arquitectura ou de construção antes pelo contrário exige rasgo de concepção, quer do ponto de vista formal quer do ponto de vista técnico, necessário à produção de novos valores a partir dos valores existentes*». Cf. *Informação de 3-05-84*, Gabinete de Obras Particulares, C.M.G., 1984, assinada por Alexandra Gesta.

<sup>20</sup> Alexandra Gesta, *ob. cit.*, 1987, p.20.

por questões de adaptação funcional assim como significativas mudanças morfológicas para tornar visível essa nova representação do terciário.

Modificar as estruturas ou o sistema de organização dos espaços, obriga quase sempre ao realojamento dos residentes, o que, como todos sabemos, é particularmente oneroso (tanto financeira como socialmente). Desenvolver obras superiores às necessidades estritas da conservação e da reabilitação de antigos edifícios habitacionais, com satisfação de condições óbvias de segurança e de conforto, para além evidentemente das necessidades de melhoria e actualização das redes e instalações técnicas, irá sempre provocar repercussões extremamente negativas, em termos de custos, tanto sobre os descapitalizados proprietários como sobre os, por vezes ainda mais insolventes, inquilinos.

Um bairro histórico degradado corresponde sempre, quase por definição, a uma comunidade com problemas sócio-económicos. Parece assim evidente que intervir com profundidade excessiva (vulgo renovação urbana ou mesmo fachadismo) em edifícios históricos não só afectará decisivamente a transmissão da sua autenticidade, enquanto testemunho cultural, como pode trazer associado um processo de expulsão dos antigos moradores, favorecendo um processo de substituição social ("*Gentrification*") já que será obviamente impossível ao Estado, ou ao município, expropriar e adquirir todos esses edifícios para permitir o realojamento.

A estratégia de apoio à (re)habitação do C.H. em Guimarães baseou-se na preferência pelo apoio a obras de impacto mínimo (no mesmo momento muito mais próximas do espírito da conservação urbana), permitindo muitas vezes manter os residentes durante o decorrer dos trabalhos, diminuindo os impactos económicos e psicológicos sobre uma população envelhecida. Esse tipo de intervenções, muito mais contidas, permite também reduzir ao um mínimo, eventualmente mais tolerável, a actualização das rendas depois da realização dos trabalhos. Permite ainda ao pequeno proprietário poder balançar-se a operações de reabilitação.

Neste processo por vezes surgiram agradáveis surpresas, como a constituição dos próprios residentes em fiscais de obras, que conseguem evitar destruições desnecessárias e obras apressadas. Residentes que, durante bastante tempo, irá certamente sofrer incómodos ( e comer muita poeira), mas que por vezes também encontra novos motivos de animação na sua vida, aumentando o ritmo e intensidade dos contactos sociais com o mundo real...para o melhor e para o pior.

Quando se fala de habitação nos centros históricos esquecemo-nos por vezes que não estamos a falar só de residências fixas. Existem também outros tipos de habitação, e de habitantes, eventualmente de tipo volante, como a fornecida por tradicionais equipamentos de apoio social, pelos lares, pelas residências para os desamparados (em linguagem tecnocrática "insolventes"), ou para os turistas, etc. Também aqui a acção do GTL foi particularmente impressiva, e cito apenas os equipamentos de apoio social como o Lar de Santo António e o restauro da Albergaria de São Crispim, como exemplos.

### **3.7 «*Dieu est dans le détail* »**

Desde há mais de 50 anos as transformações radicais havidas nos sistemas produtivos e o abandono dos materiais de construção e técnicas locais, coincidente com a última fase da revolução industrial e a primeira da "pós-indústria", assim como a universalização de determinados modelos culturais, conduziram a um processo de abstracção e de esbatimento das linguagens arquitectónicas e a um sincretismo de formas que passou também

a ser imposto como modelo da reabilitação de edifícios históricos (o desaparecimento da cor e a sua substituição pelo branco, o retirar dos rebocos onde sempre estiveram para por a pedra à vista, o desprezo pela decoração, fingidos, grafitos e esgrafitos, etc.). Importa por isso destacar a qualidade técnica com que o GTL de Guimarães desenvolveu as intervenções concretas, de conservação, de reabilitação ou mesmo de renovação do edificado.

Revelando um pioneiro esforço na aplicação de técnicas, produtos e materiais tradicionais, redescobrimo o interesse das soluções ensaiadas e confirmadas pelo tempo - as quais garantem mais do que quaisquer outras princípios básicos como o da compatibilidade e também da muito menos falada, mas fundamental na prática, repetibilidade de tratamentos -, o GTL de Guimarães (como já se disse) promoveu a realização de cursos de formação de aprendizes e de operários especializados em técnicas e ofícios da construção tradicional e, sobretudo, exigiu a aplicação prática dessas técnicas aos casos concretos.

Num país onde rareiam os restauradores e os técnicos formados especificamente em conservação, capazes de medear a relação entre o arquitecto, o projecto e a obra de conservação ou restauro, este GTL foi pioneiro ao utilizar equipas particularmente qualificadas em práticas ancestrais, o qual lhe permitiu não só ensaiar diferentes soluções técnicas e correspondentes práticas construtivas (antes de as impor administrativamente a outrém), como ensaiar a sua pedagogia e resolver casos difíceis ou particularmente urgentes que requeiram soluções excepcionais de intervenção.

#### 4. Autenticidade e conservação do património urbano

Desde a introdução da *Lista do Património Mundial*, aprovada na Conferência Geral da UNESCO em 1972, que se procura aferir quais os critérios que devem presidir à inscrição de bens culturais nessa disputada (sobre o ponto de vista cultural e económico) classificação. Uma das mais complexas questões que desde logo se levantaram prende-se com a definição do conceito da "autenticidade" e do método da sua análise<sup>21</sup>.

A definição pretendida pela UNESCO era particularmente complexa, pois deveria poder aplicar-se à análise do património de muitos e diversos países, o que desde logo não era fácil, já que a própria definição de um "*teste da autenticidade*" provinha de uma matriz de concepção teórica eminentemente ocidental, regional e, até, "eurocêntrica"<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> No seguimento da *Convenção do Património Mundial* aprovada pela Conferência Geral da UNESCO de Paris, em 1972, foi criado um comité responsável pela gestão dos processos de candidatura de bens patrimoniais à *Lista do Património Mundial*. Em 1977, esse *Comité do Património Mundial* decidiu promover a redacção de um documento base onde impôs o conhecido «*teste da autenticidade*» como um dos critérios de maior importância para o exame, avaliação e qualificação dos bens patrimoniais candidatos a uma inscrição como «*extraordinário valor universal*». O processo de análise de uma candidatura para inscrição de um bem patrimonial na Lista do Património Mundial exige que a candidatura corresponda a pelo menos um dos seis critérios base identificados pelo Comité do Património Mundial como justificativos de um valor universal, a ultrapassagem positiva do «*teste da autenticidade*», e que esse património tenha garantida a protecção legal e uma conservação adequadas. O «*teste da autenticidade*» da UNESCO implica a avaliação de quatro aspectos fulcrais, que poderíamos chamar «*quatro autenticidades*», que incluíam: (i) a *autenticidade da forma*, na autenticidade estética do conceito arquitectónico transmitido pelo objecto (*design*); (ii) a *autenticidade material* e a (iii) *autenticidade dos processos tecnológicos*, traduzidas na presença dos materiais e das técnicas originalmente empregues na sua elaboração; (iv) a *autenticidade na implantação*, verificando-se a continuidade do *genius loci* do lugar, ou seja a manutenção das relações fundamentais entre o bem patrimonial e o seu sítio, sem «*relocalizações*» ou destruições na sua envolvente. Muito curiosamente a listagem original do teste da autenticidade não integra as questões funcionais, ou seja, a autenticidade dos programas e dos usos. Veja-se em UNESCO, *Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*, Paris, UNESCO, 1977, documento base que, mais tarde, foi revisto: UNESCO, *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, WHC/2/Revised*, UNESCO, 1994 (2ª ed. revista).

<sup>22</sup> Importa lembrar que para a redacção de uma das bases fundamentais do ainda actual discurso da conservação, na *Conferência de Veneza*, de onde saiu a carta de mesmo nome, apenas participaram três países fora da Europa (a Tunísia, o México e o Peru) e que, dos vinte membros da comissão encarregue dos trabalhos de elaboração dessa *Carta de Veneza*, apenas três eram não europeus (SIC!).

Daqui resultou uma longa discussão internacional sobre o tema, culminando em dois encontros organizados pela UNESCO, ICCROM e ICOMOS - primeiro em Bergen<sup>23</sup>, na Noruega, depois em Nara, no Japão -, e a aprovação, como declaração final da conferência realizada na cidade do mesmo nome, do inovador *Documento de Nara sobre a Autenticidade*<sup>24</sup>. Deste processo, que afectou profundamente a própria teoria, resultou uma substancial abertura das doutrinas que se pretendiam de carácter universal, como as veiculadas pela muito europeia *Carta de Veneza*, sobretudo no processo da sua transposição para as diferentes realidades locais, ficando definitivamente assumido o princípio da diversidade cultural na conformação dos valores patrimoniais, num momento em que a política/cultura do património ganha uma abrangência universal.

A discussão do tema da autenticidade tornou-se um tema central da discussão teórica dentro da própria disciplina da conservação; disciplina que hoje se interroga a si mesma, na ética das suas dimensões históricas e artísticas, face a um mundo que recorre a técnicas de produção eminentemente mecânicas e robotizadas, onde as técnicas de manipulação das imagens criam novas realidades eminentemente virtuais, efémeras mas aparentemente mais reais que a própria realidade. Problemas que se impõem ainda mais hoje, em tempo maneirista, onde os originais raramente subsistem às suas «*imagens*»; imagens que manipulamos de mil maneiras, com novos e sofisticados meios onde não existe a menor limitação ou condicionamento à forma física original, tal como esta foi criada pelo(s) autor(es).

## **5. A conservação é hoje, essencialmente, um problema urbanístico (a resolver!)**

O território das políticas de requalificação estende-se hoje a todas as partes da cidade. Como defende Françoise Choay<sup>25</sup>, já não se trata agora só de salvar as cidades histórico-monumentais de primeira instância, importa também salvar da prometida «*modernização*» – entendida aqui como uma operação intrusiva e substitutiva, integrada na lógica especulativa de uma maximização dos lucros pela maximização das possibilidades de ocupação do espaço – os tecidos quase banais dos finais do século XIX (Campo de Ourique, por exemplo) e da

---

<sup>23</sup> Em Bergen surgiu a primeira proposta de substituição do sistema de avaliação da UNESCO baseado na confirmação das “quatro autenticidades” (*autenticidade da forma, autenticidade material, autenticidade dos processos tecnológicos, autenticidade na implantação*), por uma nova e mais flexível abordagem capaz de reflectir parâmetros de âmbito mais dinâmico. Veja-se em AA VV, *Conference on Authenticity in relation to the World Heritage Convention. Preparatory Workshop*, Bergen, Riksantikvaren, 1994 (Editores, K. Larsen, N. Marstein).

<sup>24</sup> Os principais aspectos inovadores do *Documento de Nara*, foram: (i) considerar a autenticidade como estando sempre dependente das distintas realidades das diferentes culturas - o que é genuíno e autêntico para uma cultura não o é necessariamente para outra -, transformando a diversidade cultural num factor primário da avaliação de valores patrimoniais; (ii) o realce da importância da autenticidade como factor ético que deve presidir à condução da investigação científica, assim como as pesquisas factuais e documentais que informam as decisões e os projectos de conservação, cuja qualidade e rigor serão sempre dependentes da credibilidade das fontes de informação utilizadas; (iii) a proposta (ainda que implícita) de uma nova grelha, de espectro substancialmente mais amplo do que a anterior, definindo os aspectos específicos que passarão a conformar o julgamento do valor de autenticidade de um património, que passam a ser, e cito: «(...) a concepção e a forma, os materiais e a substância, o uso e a função, a tradição e a técnica, a situação e a implantação, o espírito e o sentimento [ou a expressão]. Estes factores são internos ou externos à obra». O texto base teve redacção de Raymond Lemaire e Herb Stevel, e foi aprovado como *Documento de Nara sobre Autenticidade*, Cf. AAVV, *Nara Conference on Authenticity, Japan 1994*, UNESCO/ICCROM/ICOMOS, Tapir Publishers, Trondheim, 1994, pp. xxi xxv; também em *Icomos Nouvelles*, nº, 1995, também em ICCROM, *Viewpoints: the debat on authenticity*, em *ICCROM Newsletter*, ICCROM, Roma, 1995. Uma primeira tradução para português foi proposta por José Aguiar e Ana Paula Amendoeira, incluindo-se como Anexo à dissertação de José Aguiar, *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos. Bases para a sua aplicação à realidade portuguesa*, (dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora), Évora, UE-LNEC, 1999, pp. A-9-A-11.

<sup>25</sup> «*Il faudrait à l'heure actuelle, dans toutes les grandes villes d'Europe, sauver de la destruction à laquelle les promet la «modernisation», les tissus banaux édifiés à la fin du XIXe siècle et encore au début du XXe, ceux que G. Pérec appelait “infra-ordinaires”: tissus qui ne possèdent de valeur ni pour l'art, ni pour l'histoire mais qui, par leur modestie, leur échelle et leurs qualités formelles s'offrent aux populations urbaines non privilégiées, se prêtent aux relations de convivialité et constituent une barrière contre la délinquance et les diverses formes de dérapage social*». Cf. F. Choay, *Sept propositions sur le concept d'autenticité*, em *Nara Conference on Authenticity*, Japan 1994, UNESCO/ICCROM/ICOMOS, Tapir Publishers, Trondheim, 1994, p. 116.

primeira metade do século XX (a cidade tardo-eclética de Barry Parker, no Porto, ou o Bairro das Colónias e o Arco do Cego em Lisboa).

É, assim, evidente que a própria conservação se tornou, essencialmente um problema urbanístico e já, não só, arquitectónico. A evolução da teoria da conservação diz-nos que temos de preservar não só o objecto mas também a sua envolvente e não só o físico como também o intangível. Mas é particularmente difícil definir, prever e sobretudo garantir a continuidade das funções e actividades «históricas» da cidade (como defende a Carta de Toledo).

A relação do planeamento com a cidade histórica tem, então, que ser encarada como um processo particularmente dinâmico, onde se gere a permanente relação dialéctica entre os valores absolutos a preservar, nas diferentes qualificações e valores físicos do edificado, e as funções/actividades necessárias ao lado “utilitário” da cidade. E o grande problema está precisamente aí, ou seja no estabelecimento das condições em que se processa a reutilização patrimonial, garantindo a continuidade dos valores culturais e, ao mesmo tempo, a conservação material dos edifícios, isto num momento particularmente confuso, marcado por complexas mudanças culturais, eventualmente também civilizacionais.

Hoje, como muito bem esclareceram Bernd von Droste e Ulf Bertilsson, inscrevem-se na *Lista do Património Mundial*, enquanto património urbano, tipos muito diferenciados de urbes, tais como: (i) cidades desabitadas com interesse arqueológico, satisfazendo os critérios de autenticidade e cujo estado de conservação pode ser facilmente controlado (na prática estão próximas de uma musealização); (ii) cidades históricas habitadas que continuam vivas e a desenvolver-se, criando cenários onde a avaliação através dos métodos clássicos (como o *teste da autenticidade*) é hoje particularmente difícil e problemática; (iii) novas cidades feitas no auge da modernidade, em pleno século XX, onde a urbanização original é facilmente reconhecível e a sua autenticidade indiscutível, mas cujo futuro é particularmente incerto face à precariedade dos seus materiais constituinte e, sobretudo, face aos ambientes “insustentados” e incontroláveis em que se inserem<sup>26</sup>.

A questão da autenticidade, encarada à escala do urbano, obrigou ao enquadramento teórico de uma ampla panóplia de valores patrimoniais (para além dos estabelecidos por Riegl<sup>27</sup>): os valores sociais da identidade cultural (como o sentido de pertença que integra a memória sócio-histórica da cidade); os valores económicos ligados aos usos, às actividades e à produção que dá vida, valores inevitavelmente conectados também com o potencial económico do património da própria cidade (por exemplo, na dupla dimensão das actividades instaladas *versus* novas potencialidades, como o turismo, ou como as atractividades que injectam dinheiros e que trazem novos residentes).

As cidades, por mais pequenas e isoladas que sejam, não podem hoje fugir à extrema velocidade da mudança impostas pelas sociedades modernas, cheias de variadas influências multiétnicas, e multi ou megaculturais. O que nos coloca um interrogação fundamental: como conciliar a preservação da autenticidade do património urbano com o poder da mudança? Como controlar hoje transformações rapidíssimas e de natureza fortemente

---

<sup>26</sup> B. Droste; U. Bertilsson, *Authenticity and World Heritage*, em *Nara Conference on Authenticity*, Japan 1994, UNESCO/ICCROM/ICOMOS, Trondheim, Tapir Publishers, 1994, pp. 5-6.

<sup>27</sup> Alois Riegl, *Le culte moderne des monuments, Son essence et sa genèse* (1903), Paris, Éditions du Seuil, 1984 (tradução do original alemão de Daniel Wiczorek, com introdução de Francoise Choay).

distinta das anteriores revoluções provocadas no espaço-tempo pré-industrial? Como impedir, ou conduzir mudanças que sabemos imprescindíveis para melhorar as condições de vida e para garantia do funcionamento das actividades produtivas nas cidades históricas, sem as quais estas podem definhar e morrer (ou musealizar-se)?

A procura de respostas para estes complexos problemas obriga a encarar qualquer intervenção de conservação do património urbano como uma operação que actua e que diga respeito a uma «*memória viva*», como tão felizmente a definiu Françoise Choay, objectivando o uso e o usufruto da cidade histórica pelos seus próprios habitantes<sup>28</sup>. Ou, como dizia Amareswar Galla a propósito da legitimidade da conservação da cidade histórica: «*Authenticity should be community-grounded*»<sup>29</sup>.

Mas flexibilidade não significa laxismo ou permissividade. O património urbano, para além de se constituir como uma referência fulcral em plena crise disciplinar da arquitectura e do urbanismo tem um significado cultural e funções sócio-económicas demasiado importantes para as perdermos, descurando recursos não renováveis na maré dos oportunismos especulativos e geracionais<sup>30</sup>.

Na procura de um conceito operacional para a conservação e capaz de integrar criticamente o problema da autenticidade fica implícita a procura de relações mais íntimas entre projecto e história, segundo duas valências fulcrais: a primeira relaciona-se com o desejo de verdade na fundamentação dos processos de projecto (de conservação), no rigor da análise e na clarividência da intervenção desenvolvida; a segunda relaciona-se com a absoluta necessidade de um quadro histórico de referência («*avoir mis l'art en histoire*», disse Choay<sup>31</sup>), assegurando a dimensão histórica e documental da própria conservação, enquanto estratégia de preservação da autenticidade das obras históricas, enquanto documentos e como referências onde, como defendia Philipot<sup>32</sup>, o registo preciso do caminho tomado assegura sempre a possibilidade de verificação de cada interpretação avançada.

## **6. Guimarães: identidades, autenticidades e permanências (o desenho, entre o passado e o futuro)**

Guimarães (como Évora) foi um dos poucos centros históricos portugueses tratados como monumento pelo culto nacionalista do fascismo, no tempo de um país que sobrevivia quase incólume, à Segunda Guerra Mundial, e que ficou, durante quase meio século, pobre e só, fugindo da mudança, de onde resultaram os milagres das

---

<sup>28</sup> «*En un mot, le patrimoine historique bâti concerne désormais en priorité, semblablement et avec la même urgence, la mémoire vivante de tous les peuples. Et c'est elle seule qui, en matière patrimoniale, pourrait rendre un usage légitime à la notion d'authenticité*», F. Choay, Sept propositions sur le concept d'authenticité, em *Nara Conference on Authenticity*, Japan 1994, UNESCO/ICCROM/ICOMOS, Tapir Publishers, Trondheim, 1994, p. 118.

<sup>29</sup> A. Galla, em *Nara Conference on Authenticity*, Japan 1994, UNESCO/ICCROM/ICOMOS, Tapir Publishers, Trondheim, 1994, p. 321.

<sup>30</sup> A este respeito importa citar, mais uma vez, Françoise Choay: «*...au-delà du plaisir et du savoir manifestes qu'elle nous offre, la conservation de ce corpus [o património histórico], métaphore du corps, détient aujourd'hui une fonction latente mais vitale, celle de nous assurer et de nous rassurer: Tous ces fragments patrimoniaux assemblés, jalons de nos accomplissements dans le temps, nous renvoient une image, la nôtre. C'est bien elle que nous contemplons dans le miroir du patrimoine. Sa fonction narcissique répond à l'angoisse de sociétés engagées, sans en assumer les implications, dans une civilisation de l'urbain que n'est plus, ni de la ville ni de la campagne, dans une civilisation de l'image qui n'est plus de l'icône fondatrice, mais de la répliation médiatique*». Cf. F. Choay, *ob. cit.*, (1994), p. 115.

<sup>31</sup> «*Adopter les pratiques de conservation des monuments historiques sans disposer d'un cadre historique de référence, sans avoir mis l'art en histoire, est aussi dépourvu de signification que pratiquer la cérémonie du thé en ignorant le sentiment japonais de la nature, le shintoïsme et la structure nipponne des relations sociales. D'où des enthousiasmes qui multiplient les contresens ou encore dissimulent des alibis*», cf. F. Choay, *ob. cit.*, (1994), p. 21.



permanências arquitectónicas (que extasiavam os conservacionistas de raiz filológica) e os enormes atrasos culturais que nos fazem destruir, demasiado depressa, essas mesmas permanências, na velocidade atávica do consumismo rápido, substitutivo, que faz *Dysneilandas* históricas, como em Sortelha, e faz da “reabilitação” um instrumento perverso que transforma em vulgata tudo o que era único e essencial.

Mas não são apenas as diferenças que ligam Évora e Guimarães, como dizia Jorge Gaspar<sup>33</sup>, enquanto arquétipos de urbanidade em territórios superlativamente diversos. Ligam-nas, também, uma particular extensão no tempo das atenções, dos restauros e dos cuidados para com o património arquitectónico, como muito bem estudou, para o caso vimaranense e desde o século XVIII o professor Bernardo Ferrão<sup>34</sup>. As razões da particular capacidade sobrevivência do património urbano de Guimarães e também de Évora, perante os processos de mudança tão radicais que este país vive, não são circunstanciais e radicam em curiosos paralelismos.

Ambas as cidades mobilizaram, na primeira República, as atenções preservadoras; no fascismo, ambas foram restauradas como exemplares *ciudades-museus*, sendo uma destacada como o berço nortenho da nacionalidade, de carácter independentista e dinâmico, suportando-se no particular individualismo do minifúndio, a outra como o centro radiante de uma cultura urbana de raiz renascentista, que se afirmou sobretudo nas terras do Sul, sobre as perspectivas de um território mais aberto, desenhado pelas centúrias, pelo saudade do Garbe e, depois, pelo latifúndio. Cuidados que depois se renovaram na liberdade, surgindo ambas de novo pioneiras na fundação de uma nova visão, mais social, do papel do património urbano no quadro do novo contexto político, conseguindo afirmar-se (mais uma vez) como os melhores exemplos de gestão urbana e de projecto em cidade histórica, perante o furacão das mudanças de um país que recuperava 50 anos de vida livre perdida.

Une estas cidades, ainda, uma especial capacidade de articulação entre o dinamismo da economia e a sua transcrição em cultura arquitectónica, na reparação da cidade antiga e na construção da cidade nova, ainda que recorrendo a praxis substancialmente diferentes: uma investindo sobretudo numa estratégia de planeamento, controlando (mas afligindo-se com) a integração da realidade, que sempre ultrapassa as mais exactas análises e previsões; a outra aceitando o dinamismo estrutural da sua cultura, que procura gerir, encaminhando pela positiva, a intempérie, com cíclicos remorsos que resultam em planos ou revisão de planos, sempre ultrapassados, raramente compridos. Penso que muitas das questões centrais que hoje percorrem a urbanística contemporânea se dividem entre estas duas realidades, estes dois modelos, de um Norte e de um Sul que nunca foram iguais, mas que, também, não são opostos.

Paradoxal seria agora separar os destinos destas duas cidades (destes dois “Centros Históricos”), depois desse longo e paralelo percurso, reconhecendo um estatuto particular a uma (o de cidade inscrita na lista do património mundial) e negá-lo à outra, cuja exemplaridade enquanto qualidade de memória e enquanto método-processo de garantia da sua permanência, já foram mais que demonstrados e mesmo premiados, até numa perspectiva internacional<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> Paul Philipot, *Historic Preservation: Philosophy, Criteria, Guidelines*, em *Proceedings of the Northamerican Int. Regional Conference*, Pennsylvania, 1972.

<sup>33</sup> Jorge Gaspar, *Guimarães cidade e urbanidade*, em *Candidatura de Guimarães a Património Mundial*, Guimarães, CMG-GTL, 1996, também em CMG-GTL, *Guimarães, Cidade património mundial, Um objectivo a atingir*, Guimarães, CMG, 1998, pp. 13-18.

<sup>34</sup> Bernardo Ferrão, *ob. cit.*, (1998), pp. 21-35.

<sup>35</sup> De forma certamente não exaustivo conviria os prémios já atribuídos a Guimarães: o Prémio Real Fundação de Toledo; um Prémio Europa Nostra, o Prémio Nacional de Arquitectura, da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1993.

Controla as rédeas deste processo uma equipa (o GTL de Guimarães) que permanentemente integra outras equipas, procurando as lógicas mais colectivas da cidade perante a individualidade do projecto, e das idiosincrasias do seu autor, equipa que assume o que correu bem e que evita repetir o que apesar de tudo correu mal, que aqui experimenta, atrevendo-se, e ali se retrai, aperfeiçoando o método perante a única bitola possível na avaliação da conservação: a dos seus reais resultados.

O desenho, gerado assim, parece provir de uma mente múltipla que actua sobre um mesmo corpo (a cidade), uma inteligência que aceita condicionar-se às possibilidades concretas da vida, na esperança que traz cada nascimento – cada novo projecto -, em cada peça substituída de uma urbe ainda viva (como tal mediando entre a doença e a saúde), percebendo o caminho que inexoravelmente aponta o fim e procurando adiá-lo, pela conservação, pelo restauro, pela reabilitação, pela mesmo assim inevitável renovação de partes (elementos ou edifícios) e gentes, sem a qual as cidades históricas definham e morrem, ou se tornam cadáveres embalsamados para uso exclusivamente turístico.

Esta cidade (ela própria) parece hoje revelar, arquitectonicamente, exigências cada dada vez mais cultas e exigentes; reflexo do domínio de uma alta-burguesia cada vez mais extrovertida e de gosto internacionalizado, que inevitavelmente impõe os novos modelos à sua base de sustentação, um povo demasiado dócil, demasiado humilde, misto de operário e agricultor, as formigas ágeis no eterno movimento entre a micro-fábrica e a horta. Entre extremos, Guimarães sofre uma enorme pressão para produzir muitos novos espaços, em pouco tempo, no auge da economia ágil do admirável mundo novo que nos anunciam e da sua justiça social (que pouco parece distinguir-se da do mundo velho).

Daqui a importância disciplinar que se releva da experiência de Guimarães, pelo equilíbrio conseguido entre o que muda (ou se deixa mudar) e o que, apesar de todas as mudanças permanece (garantindo as permanências essenciais), num centro que serve muitas periferias, entre o povoamento disperso do minifúndio - em jeito de cidade linear - e uma cidade intra-muros, num drama que se resolve em projecto, ou antes num projecto-processo que recorre a capacidades de desenho e de gestão urbana nada tradicional e profundamente desconhecida das academias.

Sem refugiar-se por detrás de princípios teóricos abstractos mas chegando à teoria e ao método através de uma prática e da aprendizagem feita em obra concreta – onde conseguiu integrar princípios próprios da ética da conservação, como o princípio da intervenção mínima inculcado na Carta de Veneza, o conceito de reabilitação integrada, proveniente dos encontros de Amsterdão, o entendimento de um planeamento dirigido para a conservação tal como está transcrito na Carta de Toledo, ou o respeito pelas preocupações com o problema da autenticidade material e do património intangível, traduzidas pela Declaração de Nara - em permanente questionamento e sobressalto, como a vida, Guimarães, tanto ao nível do método como dos resultados, tornou-se um dos mais importantes modelos referências em termos de conservação do património urbano (e não só para o nosso país). No entanto, e tenho dito isto repetidamente, exactamente pelas mesmas razões que justificam o seu próprio sucesso, ou seja, o seu empenhado enraizamento no contexto local, não seja imediatamente óbvia, e só aparentemente fácil, a sua exportação para outras (diferentes) realidades a experiência do GTL de Guimarães.

Termino como já terminei antes, com palavras da Alexandra Gesta, quando diz e cito: “*O Desenho assumido como instrumento e método de trabalho integra no complexo processo de produção da forma a aparente disparidade das tarefas e disciplinas que sobre ela convergem, instaura-se como filosofia e coerência que fazem o prazer de um arquitecto a tempo inteiro....Outras reticências o tempo inscreveu-as na Cidade; infinita matéria de trabalho. Assunto de homens (e de grandes mulheres, acrescento eu!) e da sua vontade.*”

## Bibliografia

AA.VV, *Identità Urbana. Materiali per un dibattito*. Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Gangeni Editore, 1995.

AA.VV, *Nara Conference on Authenticity*, Japan 1994, UNESCO/ICCROM/ICOMOS, Tapir Publishers, Trondheim, 1994

AA.VV, *Guimarães, Cidade património mundial, Um objectivo a atingir*, Guimarães, CMG, 1998

AAP, *Arquitectos/Prémios Nacionais de Arquitectura*, em *Jornal Arquitectos*, nº 129, Lisboa, AAP, 1993.

AGUIAR, J., Conservação do Património Urbano em Portugal. Contributos para um debate sobre património local em Guimarães, em *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 7, Guimarães, C.M.G./U.M., 1996

AGUIAR, J., Guimarães: (re)habitação e conservação do património urbano, em *Re-Habitar Centros Antigos*, Guimarães, AO-CMG, 1998 (policopiado).

AGUIAR, J., Façadisme est la peur architectonique de son propre temps, contribution, un peu passionné, à una discussion, em *Le Façadisme dans les capitales européennes*, ICOMOS, 19-29 Março, Bruxelas, 1998.

AGUIAR, J., *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos. Bases para a sua aplicação à realidade portuguesa*, (dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora), Évora, UE-LNEC, 1999.

BRANDI, C., *Teoria del Restauro*, Piccola Biblioteca Einaudi, Turim, 1963 (2ª ed. de 1977).

CHOAY, F., *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Ed. du Seuil, 1992.

COSTA, A., O Património e o Futuro, em *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 7, Guimarães, C.M.G./U.M., 1996.

DROST, B. von; BERTILSSON, U., Authenticity and World Heritage, em *Nara Conference on Authenticity*, Japan 1994, UNESCO/ICCROM/ICOMOS, Trondheim, Tapir Publishers, 1994.

FEILDEN, B.; JOHKILEHTO, J., *Management Guidelines for the World Cultural Heritage Sites*, Roma, ICCROM/UNESCO/ICOMOS, 1993

FERRÃO, B., Uma perspectiva sobre a evolução do conceito de património arquitectónico na cultura vimaranense, em *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 7, Guimarães, C.M.G./U.M., 1996.

GESTA, A., *Relatório de Estágio*, Porto, ESBAP, 1987.

GESTA, A., Um Ano de Trabalho(s), em *I Encontro Nacional de Gabinetes Técnicos Locais*, CMG, Guimarães, 1986

GESTA, A., Guimarães. Intervenções no centro histórico, Comunicação apresentada ao Encontro Internacional de Municípios com Centro Histórico, em *Obradoiro*, nº 18, Janeiro, Santiago de Compostela, Colegio Oficial de Arquitectos Galicia, 1991.

GESTA, A., A gestão de projecto em áreas urbanas antigas: caminhar e medir, in revista Monumentos, Março 2000

GIOVANNONI, G., *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*, Turim, Unione Tipografico-editrice, 1931.

ISAC, A., Duas décadas de cultura e política de reabilitação, em Catálogo da exposição *Álvaro Siza, A estratégia da Memória, O Chiado Lisboa*, Granada, Delegación en Granada del Colegio de Arquitectos - Junta de Andalucía - Consejería de Obras Públicas y Transportes, 1994.

JOHKILEHTO, J., Conservation Principles and their Theoretical Background, em *Durability of Building Materials*, 5, Elsevier Science Publishers, Amesterdão, 1988.

JUSTICIA, M., *Antología de textos sobre restauración*, Jaén, Universidade de Jaén, 1996.

LO PICCOLO, F., Identità, permanenza, trasformazione della città: un'introduzione, em *Identità Urbana, Materiali per un dibattito*, Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Gangeni Editore, 1995.

- MENDES, Manuel – Da intervenção na cidade histórica – Longa duração e desenho. Conferência Re-Habitar Centros Antigos, Encontros AAP – Habitação, 1998.
- NORBERG-SCHULTZ, C., Luogo e identità, em *Centro Storico Restauro o Progetto?*, Florença, 23 de Outubro de 1987, Fondazione Michelucci, La Casa Usher, Florença, 1987.
- PHILIPOT, P., Historic Preservation: Philosophy, Criteria, Guidelines, em *Proceedings of the Northamerican Int. Regional Conference*, Pennsylvania, 1972.
- PORTAS, N., Notas Sobre a Intervenção na Cidade Existente, em *Sociedade e Território*, n. 2., Porto, Afrontamento, 1985.
- PORTAS, N.; MENDES, M., *Portugal Architecture 1965-1990*, Paris, Editions du Moniteur, 1992.
- PORTAS, N.; MENDES, M., *Arquitectura Portuguesa Contemporânea, Anos 60/Anos 80*, Porto, Fundação de Serralves, 1991.
- PEREIRA, P., (Re)trabalhar o Passado. Intervenção no património edificado, em *Arquitectura do Século XX*, Portugal, Frankfurt, Deutsches Architektur-Museum/Prestel, 1997.
- RIEGL, Alois, *Le culte moderne des monuments, Son essence et sa genèse* (1903), Paris, Éditions du Seuil, 1984